

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DADOS DA EMPRESA

Designação Social:	Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas
Tipo de entidade	Instituição Particular de Solidariedade Social
Sede Social	Rua da 13 de Maio, nº 405, da freguesia de Regadas, do concelho de Fafe
Fundos	114.450,00€
Contribuinte N°	514 509 309
Atividade Principal (CAE)	87301 (Atividades de Apoio Social em Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas (ERPI))
Objeto Social	Prestação de serviços de âmbito cultural e social de apoio à infância, juventude, idosos e carenciados

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral	Presidente – Rui Jorge Vieira Mesquita 1.º Secretário – Joaquim Fernando Pereira Alves 2.º Secretário – Elsa Cristina Coelho Durães
Direção	Presidente – Ana Maria Pinto Alves Vice-Presidente – Joaquim Paulo Lopes Teixeira Secretário – Francisco António Alves Tesoureiro – Luís Filipe Monteiro da Costa

Senhores(as) associados(as),

A direção da Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas no cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos estatutos, apresenta e submete à apreciação da Assembleia-Geral de Associados, o Relatório de Atividades e Proposta de Aplicação de Resultados, as contas do período e demais documentos de prestação de contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

É convicção desta Direção que estes documentos expõem fielmente a evolução da atividade, o desempenho e a posição da Associação Cultural e de Solidariedade Social de Regadas.

O objetivo máximo desta Instituição é servir a comunidade e mais concretamente a os cidadãos mais idosos da freguesia de Regadas e das freguesias limítrofes, proporcionando-lhes as condições básicas à proteção na velhice e invalidez, respondendo ano após ano às necessidades da comunidade.

1. APRECIÇÃO GLOBAL DE GESTÃO

Como se poderá verificar através dos gráficos a seguir indicados, os rendimentos de 2025 no montante de 758.318,53€, verificaram, em relação ao ano de 2024, um aumento significativo no montante de 143.515,41€ (23,34%). Por outro lado, os gastos de 2025 no montante de 642.099,78€, em relação ao ano de 2024 cresceram no valor de 29.405,76€ (4,80%), sendo que estes mais do que foram compensados pelo aumento da receita. Assim, obtivemos um resultado positivo significativamente melhor em 2025, no montante de 116.218,75€, por comparação com o resultado positivo de 2024 de 2.109,10€, invertendo-se definitivamente a tendência do resultado negativo registado no período de 2023 (-19.611,22€).

2. EVOLUÇÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

A análise da evolução das receitas totais é-nos dada pelas seguintes tabelas:

2025		
CONTA	RUBRICA	TOTAL
7	RENDIMENTOS	758.318,53
72	Prestações de serviços	384.978,45
75	Subsídios, doações e legados à exploração	351.980,63
78	Outros rendimentos	21.359,45
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00

2024		
CONTA	RUBRICA	TOTAL
7	RENDIMENTOS	614.803,12
72	Prestações de serviços	343.619,41
75	Subsídios, doações e legados à exploração	248.694,68
78	Outros rendimentos	22.489,03
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00

VARIAÇÃO (%)		
CONTA	RUBRICA	TOTAL
7	RENDIMENTOS	23,34%

Como podemos verificar, os rendimentos totais obtiveram um crescimento de 23,34%, o que corresponde a um aumento absoluto de 143.515,41€.

Fazendo uma análise a cada rubrica de rendimentos, temos o seguinte quadro:

CONTA	RUBRICA	TOTAL 2025	TOTAL 2024	VARIAÇÃO
7	RENDIMENTOS	758.318,53	614.803,12	23,34%
72	Prestações de serviços	384.978,45	343.619,41	12,04%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	351.980,63	248.694,68	41,53%
78	Outros rendimentos	21.359,45	22.489,03	-5,02%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	#DIV/0!

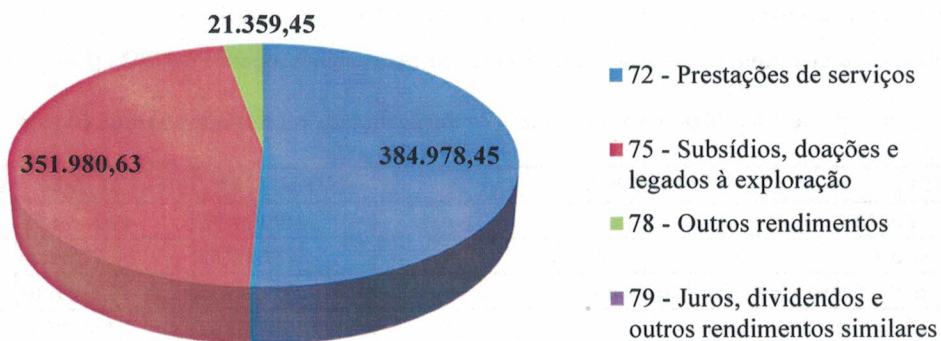
Da análise deste último quadro, podemos verificar um aumento significativo dos rendimentos nas prestações de serviços (mensalidades) (12,04%) e nos subsídios (41,53%), sendo que os outros rendimentos decresceram ligeiramente (-5,02%). Este aumento nas prestações de serviços (mensalidades) deve-se à atualização natural no valor das mesmas, já nos subsídios, o aumento deriva essencialmente da atualização do valor pago por utente nos acordos de cooperação.

Paralelamente, fazendo uma discriminação das receitas do ano de 2025, temos os seguintes resultados:

RUBRICA	TOTAL 2025	PERCENTAGEM
72 - Prestações de serviços	384.978,45	50,767%
75 - Subsídios, doações e legados à exploração	351.980,63	46,416%
78 - Outros rendimentos	21.359,45	2,817%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,000%



TOTAL 2025



3. EVOLUÇÃO E ANÁLISE DOS GASTOS

À semelhança da análise às receitas, poderemos verificar qual a evolução dos gastos totais através das seguintes tabelas:

2025		
CONTA	RUBRICA	TOTAL
6	GASTOS	642.099,78
61	CMVMC	54.497,58
62	Fornecimentos e serviços externos	123.879,26
63	Gastos com o pessoal	436.572,22
64	Gastos de depreciação e de amortização	19.496,23
68	Outros gastos	4.716,18
69	Gastos e perdas de financiamento	2.938,31

2024		
CONTA	RUBRICA	TOTAL
6	GASTOS	612.694,02
61	CMVMC	47.265,30
62	Fornecimentos e serviços externos	122.091,61
63	Gastos com o pessoal	415.290,05
64	Gastos de depreciação e de amortização	19.693,54
68	Outros gastos	3.976,95
69	Gastos e perdas de financiamento	4.376,57

VARIAÇÃO (%)		
CONTA	RUBRICA	TOTAL
6	GASTOS	4,80%

Através destes dados, podemos concluir que a Associação apresentou um aumento dos seus gastos totais, 4,80% em termos percentuais e 29.405,76€ em termos absolutos.

Fazendo uma comparação, podemos concluir que o aumento percentual e absoluto dos gastos foi bastante inferior aos rendimentos, o que explica o resultado líquido positivo francamente superior em 2025 (116.218,75€).

Através do seguinte quadro, podemos ver qual a evolução de cada rubrica que constitui os gastos da Instituição:

CONTA	RUBRICA	TOTAL 2025	TOTAL 2024	VARIAÇÃO
6	GASTOS	642.099,78	612.694,02	4,80%
61	CMVMC	54.497,58	47.265,30	15,30%
62	Fornecimentos e serviços externos	123.879,26	122.091,61	1,46%
63	Gastos com o pessoal	436.572,22	415.290,05	5,12%
64	Gastos de depreciação e de amortização	19.496,23	19.693,54	-1,00%
68	Outros gastos	4.716,18	3.976,95	18,59%
69	Gastos e perdas de financiamento	2.938,31	4.376,57	-32,86%

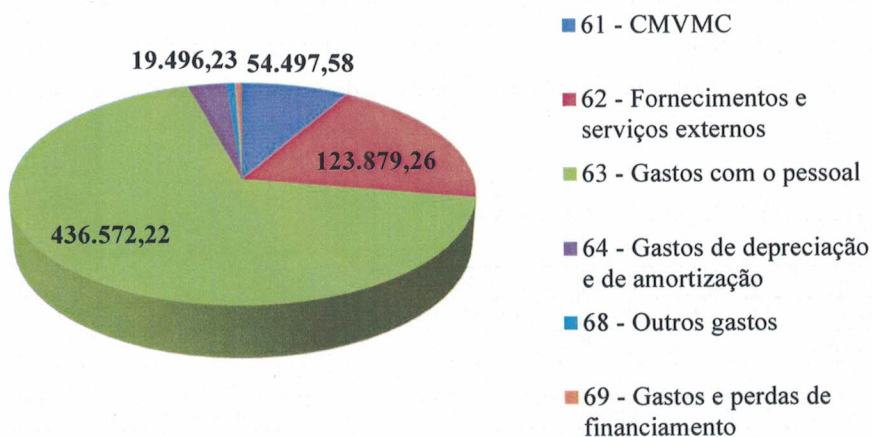
Como podemos verificar, existem variações essencialmente positivas (aumentos), havendo um decréscimo nos gastos relacionados com as depreciações e amortizações, e nos gastos e perdas de financiamento, fruto essencialmente da diminuição do capital em dívida e do alívio da EURIBOR. As rubricas que registaram um incremento mais forte em termos percentuais foram: “61 – CMVMC”, “63 – Gastos com pessoal” e “68 – Outros gastos”, com 15,30%, 5,12% e 18,59% respetivamente. Para além destes aumentos percentuais, em termos absolutos as rubricas “61 – CMVMC” e “63 – Gastos com pessoal” foram aqueles que aumentaram mais, com 7.232,28€ e 21.282,17€, respetivamente.

De igual modo, analisando o peso que cada gasto tem para a Associação, surge-nos a seguinte informação:

RUBRICA	TOTAL 2025	PERCENTAGEM
61 - CMVMC	54.497,58	8,49%
62 - Fornecimentos e serviços externos	123.879,26	19,29%
63 - Gastos com o pessoal	436.572,22	67,99%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	19.496,23	3,04%
68 - Outros gastos	4.716,18	0,73%
69 - Gastos e perdas de financiamento	2.938,31	0,46%



TOTAL 2025



Como seria de esperar, devido à natureza da Instituição, o maior peso na sua estrutura de custos é em gastos com pessoal (67,99%), seguindo-se a rubrica “62 – Fornecimentos e serviços externos” com 19,29%. De referir que, à data de 31 de dezembro, a Associação possuía 25 trabalhadores ao seu serviço.

4. INVESTIMENTOS DO PERÍODO

Relativamente ao ano de 2025, não foi efetuado qualquer investimento ao nível dos ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que determinem ajustamentos às quantias reconhecidas em 31 de dezembro de 2025.

Todavia, o agravamento do conflito no Médio Oriente e as perturbações recentemente observadas no mercado petrolífero internacional constituem acontecimentos subsequentes relevantes, embora sem efeito de ajustamento nas presentes demonstrações financeiras. Em março de 2026, a Agência Internacional de Energia referiu que o conflito estava a originar uma disrupção muito significativa da oferta global de petróleo, com forte redução dos fluxos através do Estreito de Ormuz, ponto por onde transitou, em 2025, cerca de 20 milhões de barris por dia de petróleo e produtos petrolíferos, correspondendo a aproximadamente 25% do comércio marítimo mundial de petróleo.

Neste enquadramento, poderá verificar-se volatilidade acrescida nos preços dos combustíveis, da energia e dos transportes, com potencial impacto nos custos operacionais da Associação, designadamente ao nível do abastecimento, aquisição de matérias-primas, transporte e distribuição. À data de aprovação destas demonstrações financeiras, não é ainda possível quantificar com fiabilidade os efeitos financeiros futuros associados à evolução deste contexto geopolítico, razão pela qual não foram reconhecidos ajustamentos nas quantias relevadas em 31 de dezembro de 2025.

Em termos macroeconómicos, em Portugal a variação média anual do Índice de Preços no Consumidor fixou-se em 2,3% em 2025 e a taxa de variação homóloga foi de 2,1% em fevereiro de 2026. Na área do euro, a inflação homóloga situou-se em 1,9% em fevereiro de 2026. Não obstante este enquadramento, a evolução do conflito e a eventual persistência de constrangimentos nos mercados energéticos poderão voltar a pressionar os custos de contexto nos períodos subsequentes.

A Direção acompanha de forma regular a evolução da situação geopolítica e dos mercados, avaliando os seus potenciais efeitos na atividade, na estrutura de custos, na liquidez e na rentabilidade da Associação. Com base na informação disponível à data de aprovação destas demonstrações financeiras, considera-se que, apesar da incerteza associada à evolução do contexto internacional, se mantém apropriada a aplicação do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

6. INDICADORES FINANCEIROS

	2025	2024
Total Ativo	1.238.856,19	1.108.562,96
Total Fundos	1.063.815,67	925.606,75

	2025	2024
Ativo Corrente	400.104,78	250.315,32
Passivo Corrente	132.882,19	128.005,87

	2025	2024
Total Fundos	1.063.815,67	925.606,75
Total Passivo	175.040,52	182.956,21

RÁCIO	2025	2024
Autonomia Financeira	0,86	0,83
Liquidez Geral	3,01	1,96
Solvabilidade	6,08	5,06

Podemos verificar que a nível de rácios, a Associação possui elevados níveis de autonomia financeira tanto para o ano de 2024 como 2025, fruto grande parte dos resultados transitados acumulados, bem como a nível de liquidez geral e de solvabilidade, o que demonstra a solidez financeira em que se encontra a Instituição.

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO

O ano de 2025 representou uma fase de consolidação para a economia portuguesa, num contexto internacional marcado por tensões comerciais, incerteza geopolítica e desaceleração do comércio mundial. Apesar deste enquadramento desafiante, Portugal registou um crescimento económico de 1,9%, confirmando uma trajetória positiva embora mais moderada do que em 2024. Este resultado ficou alinhado com as estimativas iniciais e demonstrou a capacidade da economia para absorver choques externos com relativa resiliência.

A procura interna foi o principal motor do crescimento. O consumo privado acelerou, apoiado no aumento do rendimento disponível, que beneficiou tanto da evolução favorável do emprego como do impacto das medidas fiscais implementadas, incluindo alterações no IRS e suplementos extraordinários para famílias mais vulneráveis. O consumo público também

avançou, embora de forma mais moderada. No que respeita ao investimento, registou-se uma expansão relevante, impulsionada sobretudo pela construção e pelo investimento público relacionado com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A componente externa constituiu a principal fragilidade do ano. As exportações de bens e serviços cresceram apenas 0,4%, refletindo um abrandamento significativo face a 2024, influenciado pela incerteza comercial global, pelo aumento das tarifas impostas pelos EUA e pela desaceleração da procura em alguns mercados europeus. Simultaneamente, as importações mantiveram-se relativamente dinâmicas, crescendo 4,2%, impulsionadas pela robustez do consumo interno, resultando num contributo negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB.

Do ponto de vista conjuntural, o último trimestre de 2025 foi particularmente expressivo: o PIB cresceu 0,8% em cadeia, colocando Portugal entre as economias europeias com melhor desempenho trimestral, num contexto global de crescimentos modestos.

No que respeita à inflação, registou-se uma clara estabilização. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 2,2% em média anual, abaixo do nível registado em 2024, refletindo uma descida dos preços da energia e uma moderação gradual da inflação subjacente. Os preços dos bens alimentares não transformados, contudo, mantiveram pressões pontuais, representando uma das exceções a esta tendência de estabilização.

O mercado de trabalho manteve forte dinamismo: o emprego aumentou 2,3%, reforçando o papel do consumo privado como suporte da atividade económica. Esta evolução foi determinante para limitar os efeitos negativos da desaceleração externa.

Em síntese, 2025 caracterizou-se por um crescimento assente no dinamismo da procura interna, por uma inflação controlada e por um mercado de trabalho robusto. Os principais desafios do ano estiveram concentrados na fraqueza das exportações, na evolução desfavorável do comércio internacional e na exposição à incerteza geopolítica e tarifária.

8. DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A sociedade não é devedora ao Estado e à Segurança Social de quaisquer impostos ou contribuições.

9. RISCOS E INCERTEZAS

a) RISCOS DE MERCADO

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. A Associação recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Associação está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade não apresenta exposição ao risco de taxa de cambio uma vez que não efetua transações em moeda estrangeira.

b) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus utentes e clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de utentes e clientes associados a cada um dos negócios/valências;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de utente e cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de utentes e cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

c) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Face ao exposto, propomos que o resultado líquido positivo apurado no período no montante de **116.218,75€**, seja transferido para:

Resultados transitados 116.218,75€

11. ENCERRAMENTO

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos clientes e utentes, fornecedores e instituições bancárias porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento da nossa atividade, bem como a razão de ser de todos os nossos esforços.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação.

Regadas, 23 de março de 2026

A direção,
Ana Lúcia Alves
Fátima Figueiredo
Marta Monteiro Costa
Mariana do Carmo Pereira Alves

Unidade Monetária: euro

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Regadas, 23 de março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO.

A DIREÇÃO,

Ans-

Span also put up three
new self planting costs

ACSSR - ASSOC.CULT. E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	17	384.978,45	343.619,41
Subsídios, doações e legados à exploração	18	351.980,63	248.694,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	- 54.497,58	- 47.265,30
Fornecimentos e serviços externos	19	- 123.879,26	- 122.091,61
Gastos com o pessoal	20	- 436.572,22	- 415.290,05
Outros rendimentos	21	21.359,45	22.489,03
Outros gastos	22	- 4.716,18	- 3.976,95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		138.653,29	26.179,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 5	- 19.496,23	- 19.693,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		119.157,06	6.485,67
Juros e gastos similares suportados	23	- 2.938,31	- 4.376,57
Resultado antes de impostos		116.218,75	2.109,10
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		116.218,75	2.109,10

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Regadas, 23 de março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A DIREÇÃO,

Ante a presença de
Eugenio Antonio Alves
dos Silva Santos Costa
Heraldo Carmo Pereira Alves

ACSSR - ASSOC.CULT. E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		387.964,99	369.843,41
Pagamentos a fornecedores		- 178.711,86	- 166.614,55
Pagamentos ao pessoal		- 431.236,93	- 437.344,84
Caixa gerada pelas operações		- 221.983,80	# - 234.115,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		363.326,76	237.918,04
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		141.342,96	# 3.802,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	# -
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 11.645,20	- 10.699,09
Juros e gastos similares		- 2.938,31	- 4.376,57
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		- 14.583,51	# - 15.075,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		126.759,45	# - 11.273,60
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		232.371,63	243.645,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		359.131,08	232.371,63

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Regadas, 23 de março de 2026

O CONTABILÍSTA CERTIFICADO



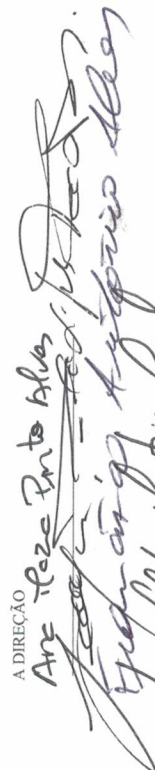
A DIREÇÃO,

Ante a Direção,
Francisco António da
Luz Silva Santos Costa
Borja do Carmo Pereira da Luz

ACSSR - ASSOC.CULT. E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS
Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2024

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período		
1		114.450,00	-	-	266.631,39	-	616.032,99	- 19.611,22		977.503,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	- 55.606,90	-	- 18.009,83	19.611,22	-	- 54.005,51
	2		-	-	- 55.606,90	-	- 18.009,83	19.611,22	-	- 54.005,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
	3							2.109,10		2.109,10
RESULTADO INTEGRAL										
	4 = 2 + 3							21.720,32	-	- 51.896,41
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5									
	6 = 1 + 2 + 3 + 5	114.450,00	-	-	211.024,49	-	598.023,16	2.109,10	-	925.606,75

Regadas, 23 de março de 2026
O CONTABILISTA CERTIFICADO


A DIREÇÃO
Ante: 
Regadas, 23 de março de 2026
Joana do Carmo Pereira Alves

ACSSR - ASSOC.CULT. E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS
Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6	12	114.450,00	-	-	211.024,49	-	598.023,16	2.109,10	925.606,75	-	925.606,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
7		-	-	-	2.109,10	-	21.990,17	- 2.109,10	21.990,17	-	21.990,17
8		-	-	-	2.109,10	-	21.990,17	- 2.109,10	21.990,17	-	21.990,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
RESULTADO INTEGRAL											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11=7+8+10	12	114.450,00	-	-	213.133,59	-	620.013,33	116.218,75	1.063.815,67	-	1.063.815,67

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Regadas, 23 de março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

A DIREÇÃO,
Anc Para Alvar
Leandro = Carlos de
Luiz Filho Mantene Ante

2025

ACSSR - Associação Cultural e de Solidariedade Social de
Regadas

Anexo

1

2

3

4

5

Anexo
Período findo em 31 de dezembro de 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **ACSSR - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS**, foi constituída em 19 de março de 2004, tem a sua sede social na Rua da 13 de Maio, n.º 405, da freguesia de Regadas, do concelho de Fafe, com o NIPC 514 509 309. Natureza da atividade: Atividades de Apoio Social em Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas (ERPI).

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, que tem por objetivos principais a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez, o apoio à integração social e comunitária, a promoção e a proteção da saúde e fomentar a educação e a formação profissional.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da associação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Em 2025, as demonstrações financeiras da **ACSSR - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE REGADAS**, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da associação e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março e republicada pelo aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, nos termos do regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo que foi aprovado pelo decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, republicado pelo decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No anexo II do referido diploma, refere que o sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo é composto por:

- Bases para apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Normas interpretativas (NI).

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da associação.

2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados à data de 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.4. REGIME DO ACRÉSCIMO

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

2.5. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.6. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.7. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros e foram preparadas de acordo com os registos contabilístico da instituição, os critérios e pressupostos contemplados nas normas contabilísticas e de relato financeiro, usando o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente ao longo do período económico.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou de produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo valor patrimonial tributário.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridos desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção, conforme quadro abaixo:

Ativo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	20 - 50 anos
Equipamento básico	3 - 14 anos
Equipamento de transporte	4 - 7 anos
Equipamento administrativo	3 - 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	8 - 20 anos

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. CONTAS A RECEBER

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe sejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos em conta corrente, de mensalidades de utentes e das quotas dos associados, na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.4. RENDIMENTOS E GASTOS

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O rendimento compreende os montantes das prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros recebidos de aplicações efetuadas.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da periodização económica.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa, englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data do balanço, onde se incluem as disponibilidades em instituições de crédito nessas condições.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “financiamentos obtidos”, expressos no passivo corrente.

Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.5. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO (ENVOLVENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE PROVOCAR AJUSTAMENTO MATERIAL NAS QUANTIAS ESCRITURADAS DE ATIVOS E PASSIVOS DURANTE O ANO FINANCEIRO SEGUINTE)

3.5.1. RISCOS DE MERCADO

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. A Associação recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposta ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Associação está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade não apresenta exposição ao risco de taxa de cambio uma vez que não efetua transações em moeda estrangeira.

3.5.2. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus utentes e clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de utentes e clientes associados a cada um dos negócios/valências;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de utente e cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de utentes e cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

3.5.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.6. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão deferir das correspondentes estimativas.

3.7. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas políticas contabilísticas.

3.8. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não se registaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.9. INVENTÁRIOS

As matérias-primas foram valorizadas ao custo de aquisição, acrescida do valor de 50% do IVA contido nas faturas de aquisição, uma vez que representa a parte não restituível por parte de Autoridade Tributária mediante pedido efetuado mensalmente.

3.10. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3.11. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

3.13. PROVISÕES

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, subsídio de turno e trabalho noturno, diuturnidades e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, e ainda as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a esta obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.17. SUBSÍDIOS

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço (capital próprio) na rubrica “Subsídios” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.18. JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Direção da Associação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Estimativa das férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte;
- Outras estimativas de menor relevância.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.19. COMENTÁRIOS DA DIREÇÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

A Associação não tem valores cativos em nenhum depósito a prazo ou à ordem ou em equivalentes.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

2025							
Activos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2025 (1)	Quantia Líquida escriturada (3 = 1 - 2)
Terrenos e recursos naturais	114.450,00	-	-	-	-	114.450,00	114.450,00
Edifícios e outras construções	900.490,93	-	-	-	-	900.490,93	703.883,73
Equipamento básico	103.070,41	-	-	-	-	103.070,41	7.709,44
Equipamento de transporte	13.610,75	-	-	-	-	13.610,75	-
Equipamento administrativo	450,00	-	-	-	-	450,00	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.132.072,09</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.132.072,09</u>	<u>826.043,17</u>

Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2025	Depreciações do Período	Anulação/ Reversão	Saldo em 31-Dez-2025 (2)
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	178.597,38	18.009,82	-	196.607,20
Equipamento básico	93.874,56	1.486,41	-	95.360,97
Equipamento de transporte	13.610,75	-	-	13.610,75
Equipamento administrativo	450,00	-	-	450,00
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-
	<u>286.532,69</u>	<u>19.496,23</u>	<u>-</u>	<u>306.028,92</u>

2024							
Activos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2024 (1)	Quantia Líquida escriturada (3 = 1 - 2)
Terrenos e recursos naturais	114.450,00	-	-	-	-	114.450,00	114.450,00
Edifícios e outras construções	900.490,93	-	-	-	-	900.490,93	721.893,55
Equipamento básico	103.520,41	-	-	-	- 450,00	103.070,41	9.195,85
Equipamento de transporte	13.610,75	-	-	-	-	13.610,75	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	450,00	450,00	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	2.011,05	-	-	-	- 2.011,05	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.134.083,14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>- 2.011,05</u>	<u>1.132.072,09</u>	<u>845.539,40</u>

Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2024	Depreciações do Período	Anulação/ Reversão	Saldo em 31-Dez-2024 (2)
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	160.587,56	18.009,82	-	178.597,38
Equipamento básico	26.645,16	1.683,72	- 65.545,68	93.874,56
Equipamento de transporte	13.610,75	-	-	13.610,75
Equipamento administrativo	-	-	- 450,00	450,00
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	2.011,05	-	2.011,05	-
Investimentos em curso	-	-	-	-
	<u>202.854,52</u>	<u>19.693,54</u>	<u>- 63.984,63</u>	<u>286.532,69</u>

Foi constituída uma hipoteca a favor do Banco Crédito Agrícola, relativa ao prédio urbano inscrito na matriz 1403. O valor da garantia constante na centralização de responsabilidades do Banco de Portugal ascende a 66.569,00€ e destina-se a assegurar o

pagamento do valor em dívida do financiamento garantido, que ascende à data de 31/12/2025 a 54.702,35€, conforme referido na nota 25 – Responsabilidades.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

2025							
Activos Intangíveis	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2025 (1)	Quantia Líquida escriturada (3 = 1 - 2)
Projectos de desenvolvimento	24.843,90	-	-	-	-	24.843,90	-
Software	2.011,05	-	-	-	-	2.011,05	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
	26.854,95	-	-	-	-	26.854,95	-

Amortizações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2025	Amortizações do Período	Anulação / Reversão	Saldo em 31-Dez-2025 (2)
Projectos de desenvolvimento	24.843,90	-	-	24.843,90
Software	2.011,05	-	-	2.011,05
Propriedade industrial	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-
	26.854,95	-	-	26.854,95

2024							
Activos Intangíveis	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2024 (1)	Quantia Líquida escriturada (3 = 1 - 2)
Projectos de desenvolvimento	24.843,90	-	-	-	-	24.843,90	-
Software	-	-	-	-	2.011,05	2.011,05	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
	24.843,90	-	-	-	2.011,05	26.854,95	-

Amortizações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2024	Amortizações do Período	Anulação / Reversão	Saldo em 31-Dez-2024 (2)
Projectos de desenvolvimento	24.843,90	-	-	24.843,90
Software	-	-	- 2.011,05	2.011,05
Propriedade industrial	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-
	24.843,90	-	- 2.011,05	26.854,95

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica de “Investimentos Financeiros” é composta pelos ativos assim discriminados:

Descrição	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros Instrumentos Financeiros				
Investimentos Financeiros				
Participações de capital				
Outros				
Fundos de Compensação	12.708,24	-	12.708,24	-
Fundo Caixa Gest Liquidez	-	-	-	-
	12.708,24	-	12.708,24	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	12.708,24	-	12.708,24	-

Os movimentos ocorridos em “Outros Investimentos Financeiros” foram os seguintes:

Variações de Justo Valor	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2025
Outros Instrumentos Financeiros					
(1)	-	-	-	-	-
Investimentos Financeiros					
Fundos de Compensação	12.708,24	-	-	-	12.708,24
(2)	12.708,24	-	-	-	12.708,24
Total= (1) + (2)	12.708,24	-	-	-	12.708,24

Variações de Justo Valor	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Outros Instrumentos Financeiros					
(1)	-	-	-	-	-
Investimentos Financeiros					
Fundos de Compensação	12.708,24	-	-	-	12.708,24
(2)	12.708,24	-	-	-	12.708,24
Total= (1) + (2)	12.708,24	-	-	-	12.708,24

A eventuais variações de justo valor ocorridas em “Investimentos Financeiros” encontram-se registadas na demonstração de resultados na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”.

7. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

À data de 31 de dezembro, os Inventários apresentavam os seguintes valores:

Inventários Finais	2025	2024
Matérias-primas	872,69	1.594,08
Total ...	872,69	1.594,08

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas do exercido foi determinado como se segue:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2025			2024		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários iniciais	+	-	1.594,08	1.594,08	-	1.447,20	1.447,20
	Compras	+	-	53.776,19	53.776,19	-	47.412,18	47.412,18
	Reclassificações e regularizações	+/-	-	-	-	-	-	-
	Perdas em sinistros	-	-	-	-	-	-	-
	Perdas por quebras	-	-	-	-	-	-	-
	Outras perdas	-	-	-	-	-	-	-
	Ofertas e amostras	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos em sinistros	+	-	-	-	-	-	-
	Ganhos por sobras	+	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos	+	-	-	-	-	-	-
Inventários finais			-	872,69	872,69	-	1.594,08	1.594,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-	54.497,58	54.497,58	-	47.265,30	47.265,30

8. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro a rubrica "Créditos a Receber" tem a seguinte composição:

Rubricas	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes e utentes				
Clientes e utentes conta corrente	-	4.743,93	-	5.812,08
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	4.743,93	-	5.812,08
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	4.743,93	-	5.812,08

Os saldos desta rubrica têm os seguintes prazos de mora:

	0-30 dias	31-60 dias	> 60 Dias	Total
Clientes e utentes conta corrente	3.475,57	468,09	800,27	4.743,93
Clientes outros	-	-	-	-
	3.475,57	468,09	800,27	4.743,93

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica "Estado e outros entes públicos" tem a seguinte composição:

Rubricas	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
241 - Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
242 - Retenções IR	-	1.452,00	-	1.454,00
243 - Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.197,95	-	663,18	-
244 - Outros impostos	-	-	-	-
245 - Contribuições Segurança Social	-	15.795,57	-	13.907,69
248 - Outras Contribuições	-	-	-	-
Total	1.197,95	17.247,57	663,18	15.361,69

10. DIFERIMENTOS

Os movimentos ocorridos na rubrica "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Diferimentos (Ativo)		
Gastos a reconhecer		
Materiais	-	-
Serviços Especializados	-	878,22
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Rendas e alugueres	-	-
Seguros	878,16	849,55
Gastos c/Pessoal - Seg. AT	2.012,95	419,81
Total	2.891,11	2.147,58
Diferimentos (Passivos)		
Rendimentos a reconhecer - IEF	8.939,33	4.097,10
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
Total	8.939,33	4.097,10

11. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro a rubrica “Outros Ativos Correntes” tem a seguinte composição:

Descrição	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
14 - Outros Instrumentos Financeiros				
Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-
23 - Pessoal				
Outras operações	-	-	-	-
271 - Fornecedores de Investimentos				
2713 - Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
2721 - Devedores por acréscimos de rendimentos				
Outros Acréscimos de rendimentos	-	9.479,85	-	3.834,29
278 - Outros devedores				
2781 - Devedores Diversos	-	21.788,17	-	3.628,77
Outros				
221 - Fornecedores (devedores)	-	-	-	263,71
228 - Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
	-	31.268,02	-	7.726,77
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	31.268,02	-	7.726,77

12. FLUXOS DE CAIXA

12.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui-se aqui o numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo.

Meios Financeiros líquidos referidos no Balanço	2025			2024		
	Disponíveis para uso	Indisponíveis	Total	Disponíveis para uso	Indisponíveis	Total
Caixa						
Numerário	3.266,23	-	3.266,23	16.222,41	-	16.222,41
Subtotal...	3.266,23	-	3.266,23	16.222,41	-	16.222,41
Depósitos bancários						
Depósitos à ordem	355.864,85	-	355.864,85	216.149,22	-	216.149,22
Outros depósitos	-	-	-	-	-	-
Subtotal...	355.864,85	-	355.864,85	216.149,22	-	216.149,22
Outros equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-
Títulos negociáveis	-	-	-	-	-	-
Subtotal...	-	-	-	-	-	-
Total ...	359.131,08	-	359.131,08	232.371,63	-	232.371,63

O Caixa e os Depósitos à Ordem tiveram os seguintes movimentos acumulados ao longo do ano:

	Saldo inicial 2025	Débitos acumulados	Créditos acumulados	Saldo final 2025
Caixa	16.222,41	156.308,08	169.264,26	3.266,23
Depósitos à ordem	216.149,22	1.363.552,04	1.223.836,41	355.864,85
	232.371,63	1.519.860,12	1.393.100,67	359.131,08

13. FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos ocorridos nos fundos patrimoniais no corrente ano foram os seguintes:

Conta	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
51 - Fundos	114.450,00	-	-	114.450,00
52 - Ações (quotas) próprias	-	-	-	-
521 - Valor nominal	-	-	-	-
522 - Descontos e prémios	-	-	-	-
53 - Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
54 - Prémios de emissão	-	-	-	-
55 - Reservas	-	-	-	-
551 - Reservas legais	-	-	-	-
552 - Outras reservas	-	-	-	-
56 - Resultados transitados	211.024,49	-	2.109,10	213.133,59
57 - Ajustamentos em ativos financeiros	-	-	-	-
5711 - Ajustamento de transição	-	-	-	-
5712 - Lucros não atribuídos	-	-	-	-
5713 - Outras variações nos capitais próprios	-	-	-	-
58 - Excedentes de revalorização de AFT e AI	-	-	-	-
59 - Outras variações nos fundos patrimoniais	598.023,16	18.009,83	40.000,00	620.013,33
591 - Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-
592 - Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-
593 - Subsídios	554.064,87	16.659,09	40.000,00	577.405,78
594 - Doações	45.423,83	1.350,74	-	44.073,09
599 - Outras	- 1.465,54	-	-	- 1.465,54
818 - Resultados líquidos	2.109,10	2.109,10	116.218,75	116.218,75
Total do Capital Próprio	925.606,75			1.063.815,67

Por decisão da Assembleia Geral, realizada a 31 de março de 2025, foram aprovadas as contas do período findo em 31 de dezembro 2024, tendo sido decidido que o resultado líquido positivo de 2.109,10€ referente a esse período, fosse imputado a resultados transitados.

A variação relativa à conta “593 – Subsídios” e “594 – Doações” diz respeito à reposição da proporção anual desses mesmos subsídios no valor 18.009,83€, a imputar à conta “7883 - Imputação de subsídios para investimentos”.

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

Os financiamentos obtidos dividiam-se, na data do balanço, nos seguintes valores:

	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	42.158,33	12.544,02	54.950,34	11.397,21
Contas bancárias livranças	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Descontos de Remessas s/ estrangeiro	-	-	-	-
Participantes de Capital	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	42.158,33	12.544,02	54.950,34	11.397,21

A Associação não apresenta situações de incumprimentos dos termos contratuais dos empréstimos obtidos.

À data de balanço, o detalhe de maturidade dos financiamentos obtidos é como se segue:

Prazos de reembolso	Locações financeiras	Empréstimos obtidos	Outros	Total
2025				
Menos de 1 ano	-	12.544,02	-	12.544,02
Entre 1 e cinco anos	-	42.158,33	-	42.158,33
Mais de cinco anos	-	-	-	-
Total	-	54.702,35	-	54.702,35
2024				
Menos de 1 ano	-	11.397,21	-	11.397,21
Entre 1 e cinco anos	-	54.950,34	-	54.950,34
Mais de cinco anos	-	-	-	-
Total	-	66.347,55	-	66.347,55

15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A rubrica “Outros Passivos Correntes” tem a seguinte composição:

Rubricas	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
23 - Pessoal				
231 - Remunerações	-	302,52	-	-
233 - Gratificações de resultados	-	-	-	-
237 - Cauções	-	-	-	-
238 - Outras operações	-	-	-	-
Subtotal	-	302,52	-	-
26 - Acionistas/sócios				
Lucros disponíveis	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
271- Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
272 - Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar ao pessoal	-	54.557,30	-	49.524,53
Juros a liquidar	-	-	-	-
Outros acréscimos de gastos	-	2.387,20	-	685,51
273 - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
274 - Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-
275 - Credores por subscrições não liberadas	-	-	-	-
278 - Outros credores	-	22.861,65	-	31.555,88
Outros				
21 - Clientes e utentes				
211 - Clientes e utentes (credores)	-	-	-	-
218 - Adiantamentos de clientes e utentes	-	-	-	-
Total	-	80.108,67	-	81.765,92

16. FORNECEDORES

A rubrica "Fornecedores" tem a seguinte composição:

Rubricas	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
221 - Fornecedores - conta corrente	-	14.042,60	-	15.383,95
222 - Fornecedores - títulos a pagar	-	-	-	-
223 - Fornecedores - cheques pré-datados	-	-	-	-
Total	-	14.042,60	-	15.383,95
229 - Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores (valor líquido)	-	14.042,60	-	15.383,95

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro, era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	12.246,27	1.295,25	0,00	501,08	14.042,60
Fornecedores outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	12.246,27	1.295,25	0,00	501,08	14.042,60

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O Rédito referente a vendas e serviços prestados reconhecido é detalhado conforme se segue:

Descrição	2025			2024		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Vendas Produtos Acabados	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	384.978,45	-	384.978,45	343.619,41	-	343.619,41
	384.978,45	-	384.978,45	343.619,41	-	343.619,41

18. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os “Subsídios, Doações e Legados à Exploração” atribuídos e imputados ao período são detalhados conforme indicado:

Descrição	2025		2024	
	Valor atribuído	Valor imputado ao período	Valor atribuído	Valor imputado ao período
1 - Subsídios relacionados com ativos / ao Investimento				
(1.1+1.2+1.3)	-	-	-	-
1.1 - Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Equipamentos biológicos	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
1.2 - Ativos Intangíveis				
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
1.3 - Outros ativos	-	-	-	-
2 - Subsídios do Estado e outros entes públicos	237.423,03	347.590,76	247.911,82	246.694,68
Instituto da Segurança Social (Ac. de Coop. - Comparticip.)	335.772,44	338.991,70	237.423,03	239.994,09
IEFP (Programas POPH, CEI, CEI +, Estímulo)	14.029,08	8.599,06	10.488,79	6.700,59
Outros	-	-	-	-
3 - Doações e heranças	4.389,87	4.389,87	2.000,00	2.000,00
4 - Valor dos reembolsos no período respeitantes a:	-	-	-	-
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	-	-	-	-
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	-	-	-	-
Total (1 + 2 - 3)	241.812,90	351.980,63	249.911,82	248.694,68

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo da conta “Fornecimentos e Serviços Externos” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
621 - Subcontratos	-	-
622 - Serviços especializados	35.295,39	25.719,09
623 - Materiais	40.815,18	46.990,93
624 - Energia e fluidos	34.348,44	36.646,71
625 - Deslocações, estadas e transportes	5.778,00	6.151,93
626 - Serviços diversos	7.642,25	6.582,95
Dos quais:		
6262 - Comunicação	868,69	891,66
6263 - Seguros	3.586,89	3.886,36
6267 - Limpeza, higiene e conforto	2.272,40	828,41
Total	123.879,26	122.091,61

A discriminação feita na conta “626 – Serviços diversos”, diz respeito às 3 rubricas com maior valor no ano de 2025, não correspondendo o somatório destas 3 ao valor total da conta agregadora (626).

20. GASTOS COM PESSOAL

A conta de “Gastos com o pessoal” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2025	2024
Gastos com pessoal		
631 - Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Das quais: participações nos lucros	-	-
632 - Remunerações do pessoal	356.169,54	339.306,64
Das quais: participações nos lucros	-	-
633 - Benefícios pós-emprego	-	-
6331 - Prémios para pensões	-	-
6332 - Outros benefícios	-	-
Dos quais		
Para planos de contribuições definidas - Órgãos so	-	-
Para planos de contribuições definidas - Outros	-	-
634 - Indemnizações	-	-
635 - Encargos sobre remunerações	71.675,77	65.071,15
636 - Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissio	7.938,14	7.754,03
637 - Gastos de Ação social	-	2.378,55
638 - Outros gastos com pessoal	788,77	779,68
Dos quais:		
Medicina no Trabalho	576,85	679,67
Fardamento	211,92	100,01
Total	436.572,22	415.290,05

O número médio de empregados ao longo do ano e o número de empregados no final do período foi de:

	2025	2024
Nº médio de empregados	24	24
Nº empregados no final do período	25	24

De referir que os órgãos sociais da Associação não auferem qualquer remuneração, sendo a Direção constituída por: Presidente: Ana Maria Pinto Alves; Vice-Presidente: Joaquim Paulo Lopes Teixeira; Secretário: Francisco António Alves; Tesoureiro: Luís Filipe Monteiro da Costa.

21. OUTROS RENDIMENTOS

A conta de “Outros rendimentos” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2025	2024
78 - Outros rendimentos		
781 - Rendimentos suplementares	1.962,72	2.036,08
782 - Descontos de pronto pagamento obtidos	21,23	0,12
783 - Recuperação de dividas a receber	-	-
784 - Ganhos em inventários	-	-
786 - Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiro	-	-
787 - Rendimentos e ganhos em investimentos não finance	-	-
788 - Outros rendimentos e ganhos	19.375,50	20.452,83
79 - Juros, Dividendos e outros rendimentos similares (operacionais)		
791 - Juros obtidos		
7911 - De depósitos	-	-
792 - Dividendos obtidos	-	-
798 - Outros rendimentos similares	-	-
Total	21.359,45	22.489,03

22. OUTROS GASTOS

A conta de “Outros gastos” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2025	2024
68 - Outros gastos		
681 - Impostos	2.912,17	3.828,71
682 - Descontos de pronto pagamento concedidos	0,22	-
683 - Dividas incobráveis	44,11	-
684 - Perdas em inventários	-	-
685 - Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreer	-	-
686 - Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
687 - Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
688 - Outros gastos e perdas	1.759,68	148,24
Total	4.716,18	3.976,95

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A conta de “Juros” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2025	2024
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Relativos a:		
7915 - Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Total	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Relativos a:		
6911 - Juros de financiamentos obtidos	2.938,31	4.372,07
6912 - Encargos com descontos de titulos de crédito	-	-
6915 - Juros de mora	-	4,50
6916 - Juros de acordos	-	-
6917 - Juros de contractos de locações financeiras	-	-
6918 - Outros Juros	-	-
6921 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
6981 - Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	2.938,31	4.376,57

24. RESPONSABILIDADES

Sobre o financiamento obtido junto do Banco Crédito Agrícola no valor inicial de 220.000,00€, cujo capital em dívida à data de 31/12/2025 ascende a 54.702,35€, existe uma hipoteca a favor deste, relativa ao prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 1403, conforme já referido na nota 4 deste anexo.

25. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2025 não se encontrava registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgado qualquer contingência ambiental por ser convicção da Direção que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados que resultem encargos materialmente relevantes para a Associação.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

O ano de 2025 representou uma fase de consolidação para a economia portuguesa, num contexto internacional marcado por tensões comerciais, incerteza geopolítica e desaceleração do comércio mundial. Apesar deste enquadramento desafiante, Portugal registou um crescimento económico de 1,9%, confirmando uma trajetória positiva embora mais moderada do que em 2024. Este resultado ficou alinhado com as estimativas iniciais e demonstrou a capacidade da economia para absorver choques externos com relativa resiliência.

A procura interna foi o principal motor do crescimento. O consumo privado acelerou, apoiado no aumento do rendimento disponível, que beneficiou tanto da evolução favorável do emprego como do impacto das medidas fiscais implementadas, incluindo alterações no IRS e suplementos extraordinários para famílias mais vulneráveis. O consumo público também avançou, embora de forma mais moderada. No que respeita ao investimento, registou-se uma expansão relevante, impulsionada sobretudo pela construção e pelo investimento público relacionado com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A componente externa constituiu a principal fragilidade do ano. As exportações de bens e serviços cresceram apenas 0,4%, refletindo um abrandamento significativo face a 2024, influenciado pela incerteza comercial global, pelo aumento das tarifas impostas pelos EUA e pela desaceleração da procura em alguns mercados europeus. Simultaneamente, as importações mantiveram-se relativamente dinâmicas, crescendo 4,2%, impulsionadas pela robustez do consumo interno, resultando num contributo negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB.

Do ponto de vista conjuntural, o último trimestre de 2025 foi particularmente expressivo: o PIB cresceu 0,8% em cadeia, colocando Portugal entre as economias europeias com melhor desempenho trimestral, num contexto global de crescimentos modestos.

No que respeita à inflação, registou-se uma clara estabilização. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 2,2% em média anual, abaixo do nível registado em 2024, refletindo uma descida dos preços da energia e uma moderação gradual da inflação subjacente. Os preços dos bens alimentares não transformados, contudo, mantiveram pressões pontuais, representando uma das exceções a esta tendência de estabilização.

O mercado de trabalho manteve forte dinamismo: o emprego aumentou 2,3%, reforçando o papel do consumo privado como suporte da atividade económica. Esta evolução foi determinante para limitar os efeitos negativos da desaceleração externa.

Em síntese, 2025 caracterizou-se por um crescimento assente no dinamismo da procura interna, por uma inflação controlada e por um mercado de trabalho robusto. Os principais desafios do ano estiveram concentrados na fraqueza das exportações, na evolução desfavorável do comércio internacional e na exposição à incerteza geopolítica e tarifária.

27. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A instituição não tem dívidas ao Estado e Outros Entres Públicos em situação de mora.

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A instituição tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

A Direção propõe que o resultado líquido do período, positivo no valor de 116.218,75€ (cento e dezasseis mil, duzentos e dezoito euros, e setenta e cinco cêntimos) seja transferido para:

- Resultados transitados: 116.218,75€

28. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para sua emissão na data de 23 de março de 2026.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que determinem ajustamentos às quantias reconhecidas em 31 de dezembro de 2025.

Todavia, o agravamento do conflito no Médio Oriente e as perturbações recentemente observadas no mercado petrolífero internacional constituem acontecimentos subsequentes relevantes, embora sem efeito de ajustamento nas presentes demonstrações financeiras. Em março de 2026, a Agência Internacional de Energia referiu que o conflito estava a originar uma disrupção muito significativa da oferta global de petróleo, com forte redução dos fluxos através do Estreito de Ormuz, ponto por onde transitou, em 2025, cerca de 20 milhões de barris por dia de petróleo e produtos petrolíferos, correspondendo a aproximadamente 25% do comércio marítimo mundial de petróleo.

Neste enquadramento, poderá verificar-se volatilidade acrescida nos preços dos combustíveis, da energia e dos transportes, com potencial impacto nos custos operacionais da Associação, designadamente ao nível do abastecimento, aquisição de matérias-primas, transporte e distribuição. À data de aprovação destas demonstrações financeiras, não é ainda possível quantificar com fiabilidade os efeitos financeiros futuros associados à evolução deste contexto geopolítico, razão pela qual não foram reconhecidos ajustamentos nas quantias relevadas em 31 de dezembro de 2025.

Em termos macroeconómicos, em Portugal a variação média anual do Índice de Preços no Consumidor fixou-se em 2,3% em 2025 e a taxa de variação homóloga foi de 2,1% em fevereiro de 2026. Na área do euro, a inflação homóloga situou-se em 1,9% em fevereiro de 2026. Não obstante este enquadramento, a evolução do conflito e a eventual persistência de constrangimentos nos mercados energéticos poderão voltar a pressionar os custos de contexto nos períodos subsequentes.

A Direção acompanha de forma regular a evolução da situação geopolítica e dos mercados, avaliando os seus potenciais efeitos na atividade, na estrutura de custos, na liquidez e na rentabilidade da Associação. Com base na informação disponível à data de aprovação destas demonstrações financeiras, considera-se que, apesar da incerteza associada à evolução do contexto internacional, se mantém apropriada a aplicação do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Regadas, 23 de março de 2026

A Direção,

Ante Paz e Dito Alvos


Francisco António Alves
Ante Paz e Dito Alvos
Maria do Carmo Pereira Alves

O Contabilista Certificado,

